

Ana Lúcia Costa e Silva

**Representações Sociais de família para um grupo de
professoras do ensino fundamental
da cidade de Araguari-MG**

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Psicologia – Mestrado em Psicologia Aplicada
2005

Ana Lúcia Costa e Silva

**Representações Sociais de família para um grupo de
professoras do ensino fundamental
da cidade de Araguari-MG**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação
em Psicologia Aplicada da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Desenvolvimento Humano e
Aprendizagem

Orientadora: Dra. Cláudia Araújo da Cunha

Universidade Federal de Uberlândia
Instituto de Psicologia – Mestrado em Psicologia Aplicada
2005

Silva, Ana Lúcia Costa e

Representações Sociais de Família para um grupo de professoras do ensino fundamental da cidade de Araguari-MG / Ana Lúcia Costa e Silva. – Uberlândia, 2005

123 f. :il

Orientadora: Dra. Cláudia Araújo da Cunha

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia – Programa de Mestrado em Psicologia Aplicada

Bibliografia: f 113-119

1 – Representações Sociais 2 – Família e Educação – Formação Docente 3 – Metodologia
4 – Resultados –I Título

SUMÁRIO	PAG
Lista de abreviaturas e siglas	6
Lista de Tabelas	7
Resumo	8
Abstract	9
Agradecimentos	10
Introdução	11
Capítulo 1	16
1 - Representações Sociais: um olhar sobre a família e educação a partir da teoria ..	16
Capítulo 2	26
2 - A Família e suas modificações: quem é a família da atualidade?	26
2.1 - Família, escola e docência: parceria necessária na formação do indivíduo.....	35
Capítulo 3 – Metodologia	42
3.1 - Modelo de investigação	42
3.2 - Conhecendo o local da pesquisa e o material didático	43
3.3 - Participantes da pesquisa	47
3.4 - Procedimentos de coleta de dados	49
3.5 - Instrumentos da pesquisa	50
3.6 - Procedimento de análise dos dados	68

Capítulo 4 – Resultados	69
4.1 - Resultado e análise dos dados obtidos com o instrumento 01: Situação cotidiana / escolar	69
4.2 - Resultado e análise dos dados obtidos com o instrumento 02: Situação notícia	77
4.3 - Resultado e análise dos dados obtidos com o instrumento 03: Letra da música “Família”	82
4.4 - Resultado e análise dos dados obtidos com o instrumento 04: “Álbum das famílias”	86
4.4.1 - Fotos consideradas como representativas de família	86
4.4.2 - Fotos consideradas como não representativas de família	93
 Capítulo 5 – Considerações finais	 102
 6 – Referências	 113
 7- Anexos	 120
Anexo A – Termo de consentimento para a professora	120
Anexo B – Termo de consentimento para Secretária Municipal	122
Anexo C – Carta de apresentação	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

RCEPs – Referencial Curricular para Formação de Professores

APASE – Associação de Pais e Mães Separados

PROCAP – Programa de Capacitação de Professores

LISTA DE TABELAS

QUESTÕES APRESENTADAS NOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

TABELA - 01.....	70
TABELA - 02	73
TABELA - 03.....	78
TABELA - 04	82
TABELA - 05.....	87
TABELA - 06	94

RESUMO

Acreditando-se que o professor tem um papel fundamental na formação do indivíduo, tornou-se relevante conhecer quais as representações acerca de família, que permeiam seu pensamento para que se possa ter uma melhor compreensão de sua ação docente. Esse estudo teve como objetivo identificar as representações sociais de um grupo de professoras do ensino fundamental acerca da temática família, a partir de quatro situações denominadas “situações rotineiras”. As situações foram apresentadas a 16 professoras das quatro séries iniciais, do ensino fundamental, que atuam como regentes nas escolas municipais da cidade de Araguari-MG, e puderam ser identificadas como: situação cotidiana escolar, situação notícia, letra da música “Família” do grupo Titãs e Álbum das Famílias, elaborado a partir de recortes de revistas e jornais. As situações foram aplicadas na escola onde as professoras atuavam, durante o horário de módulo das mesmas, para que pudessem ler os instrumentos e procederem à sua resposta. O resultado obtido com a utilização dos quatro instrumentos citados possibilitou, justamente em virtude de oferecerem linguagens diferenciadas, que as representações sociais de família para esse grupo de professoras fosse conhecido e que concluíssemos que são poucas as professoras que conseguiram perceber as organizações familiares diferentes que se fazem presentes em nosso contexto, enquanto a maioria ainda visualiza a família tradicional como padrão de comportamento familiar a ser seguido. Sugere-se, a partir dos dados obtidos com a realização da pesquisa, uma reflexão a respeito de uma reestruturação nos cursos de formação docente para que as professoras consigam se tornar mais críticas em relação à sua prática pedagógica. Acredita-se que essa pesquisa abre caminhos para que o tema família seja abordado e discutido sob outros vértices, como a Sociologia, Antropologia, e ainda dentro da própria Psicologia, bem como oferece suporte para a realização de projeto de intervenção psicoeducacional capaz de mobilizar e sensibilizar as professoras para que possam rever sua atuação pedagógica, tomando o conhecimento acerca da dinâmica familiar de seus alunos como ponto de referência para seu trabalho em sala de aula.

Palavras-Chaves: Representações Sociais, organizações familiares, família, professoras.

ABSTRACT

Giving credit itself that the professor has a basic paper in the formation of the individual, one became excellent to know which are the representations concerning family, that its thought so that if it can have one better understanding of its teaching action. This study it had as objective to identify the social representations of a group of teachers of basic education concerning the thematic family, from four called situations "routine situations". The situations had been presented the 16 teachers of the four initial series, basic education, that act as regents in the municipal schools of the city of Araguari-MG, and could have been identified as: pertaining to school daily situation, situation notice, letter of music "Family" of the group Titãs and Álbum of the Families, elaborated from clippings of magazines and periodicals. The situations had been applied in the school where the teachers acted, during the schedule of module of the same ones, so that they could read the instruments and proceed to its reply. The result gotten with the use of the four cited instruments made possible, exactly in virtue to offer differentiated languages, that the social representations of family for this group of teachers were known and that we concluded that the teachers are few who had obtained to perceive the different familiar organizations that if make gifts in our context, while the majority still visualizes the family traditional as standard of familiar behavior to be followed. It is suggested, from the data gotten with the accomplishment of the research, a reflection regarding a reorganization in the courses of teaching formation so that the teachers obtain to become more critical in relation pedagogical practical its. One gives credit that this research opens ways so that the subject family boarded and is argued under other vertices, as Sociology, Anthropology, and still inside of proper Psychology, as well as it offers support for the accomplishment of project of intervention capable to mobilize and to sensetize the teachers so that they can review its performance pedagogical, taking the knowledge concerning the familiar dynamics of its pupils as control point for its work in classroom.

Key-words: Social representations, familiar organizations, family, teachers.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela bênção recebida durante toda a execução desse trabalho.

Ao meu marido, Carlos César da Silva, pelo apoio, paciência e ajuda constante, em todas as vezes que foi necessária sua atuação.

A meus pais, pelo incentivo e por possibilitarem que eu pudesse estudar, sem medir esforços para essa jornada.

Ao professor Walter Mariano Faria Silva Neto, pelas orientações iniciais e tão pertinentes, por ocasião do meu ingresso no programa de Pós-graduação na Universidade Federal de Uberlândia.

À Fernanda Imaculada Faria, bibliotecária da Universidade Presidente Antônio Carlos, campus Araguari-MG, que não mediu esforços para obtenção dos textos necessários ao desenvolvimento dessa dissertação.

Às professoras da rede municipal de ensino de Araguari-MG, que gentilmente se dispuseram a participar desse estudo.

Às professoras Dra. Marília Ferreira Dela Coleta e Dra. Célia Vectore, que participaram da banca de qualificação, com orientações de grande valia para esse trabalho final.

Em especial, agradeço à minha orientadora, Dra. Cláudia Araújo da Cunha, que acreditou e caminhou comigo, durante o período de execução da pesquisa.

Enfim, agradeço a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão dessa pesquisa, dentro do tempo hábil.

INTRODUÇÃO

Ao investigar temas específicos na área da Psicologia Educacional, como a relação família e escola, deve-se priorizar não somente a busca por novos conhecimentos, mas também promover a reflexão a partir dos resultados obtidos com a investigação realizada. Segundo Ludke e André (1986), qualquer pesquisa traz consigo a carga de valores, princípios, preferências e interesses do pesquisador. Sabe-se que a Psicologia e a Educação têm contribuído para conscientizar, tanto a escola quanto a sociedade, a respeito da mudança do modelo de família (sua forma e sua estrutura). O que se percebe, por meio de observações empíricas, é que muitas vezes, as pessoas parecem continuar agindo como se houvesse um modelo único a ser seguido, a família tradicional, composta por pai, mãe e filhos. Diante disso, é necessário conhecer como a escola e seus professores reagem diante dessa mudança.

A tarefa inerente e precípua de uma estrutura educacional deve ser a de favorecer o desenvolvimento e a aprendizagem do indivíduo no que tange às dimensões social, cognitiva, emocional e motora. Neste sentido, a Psicologia, ciência voltada para o estudo do comportamento humano, numa definição geral, oferece embasamento teórico que permite um melhor entendimento da relação ensino-aprendizagem e formação do indivíduo (NOVAES, 1970). Para esta pesquisa, a Psicologia Escolar e a Psicologia Social foram escolhidas como norteadoras, em função de não se conceber a possibilidade de se estudar o homem, apenas do ponto de vista individual; e não haver possibilidade de desvincular o tema família, educação e professoras, do mundo social. Esta idéia pode ser confirmada pelas palavras de Ludke e André, quando afirmam que:

Cada vez mais se entende o fenômeno educacional como situado dentro de um contexto social, por sua vez, inserido em uma realidade histórica, que sofre toda uma série de determinações. Um dos desafios atualmente lançados à pesquisa educacional é exatamente o de tentar captar essa realidade dinâmica e complexa do seu objeto de estudo, em sua realização histórica (LUDKE & ANDRÉ, 1986, p.05).

É importante ressaltar que a Psicologia Educacional se debruça sobre temas relacionados ao processo educativo, incluindo estudos sobre aprendizagem, desenvolvimento, adaptação pessoal e social, inteligência, aptidões, relacionamento interpessoal, grupos sociais e fenômenos que ocorrem no interior da escola, dentre outros assuntos. Após estar familiarizada com os temas, propõe um levantamento dos problemas para que se possa proceder à sua investigação e, caso seja necessário, à intervenção (GOULART, 1999). Quanto à Psicologia Social, sua preocupação reside no estudo científico de manifestações comportamentais de caráter situacional que são suscitadas a partir das interações das pessoas ou, ainda, pela mera expectativa de tal interação. Inclui, também, o estudo dos processos cognitivos suscitados pelo processo de interação social (RODRIGUES, 2003).

Já a escola, enquanto espaço institucionalizado, deve ser vista sob a ótica de uma organização sociocultural onde estão pautados determinados valores, concepções e expectativas que são oriundas tanto de professores quanto de alunos e de suas respectivas famílias. Neste aspecto, a família merece papel de destaque, pois muitas funções que eram de cunho familiar estão sendo divididas com a escola e essa divisão gera cobrança de ambos os lados, ou seja, tanto da escola que espera um respaldo da família; quanto da família que, da escola, espera auxílio no que se refere ao cuidar dos filhos (NOVAES, 1970; LARocca, 1999). Mas, de qual família se fala? Quais são as organizações familiares que estão dentro da sala de aula? Quais são as famílias que permeiam o pensamento dos professores? Reconhecer o processo de mudança pelo qual a sociedade brasileira está passando é uma das condições para possibilitar ao professor do ensino fundamental, subsídios para que o mesmo possa

avaliar sua ação docente, ou seja, o professor deve ser auxiliado a ter consciência da fundamentação de suas ações. Segundo Novaes:

Um dos desafios do homem moderno será o de conviver com novos espaços e tempos socioeducativos permeados pela complexidade dos acontecimentos, pelos constantes reordenamentos institucionais, novas alianças e cruzamentos entre os diversos saberes (NOVAES, 2002, p.91).

Dentro desse contexto, um outro desafio é conhecer as Representações Sociais que permeiam o imaginário social. Sendo assim, para se conhecer as Representações Sociais de família de um grupo de professores do ensino fundamental, importante se faz conhecer suas vivências, saber como é a sua compreensão das mudanças sociais e, também, de que modo essas mudanças são discutidas em sala de aula. Assim, objetivou-se, nesta pesquisa, identificar as Representações Sociais de um grupo de professoras do ensino fundamental acerca da temática família, a partir de quatro situações denominadas “situações rotineiras”.

O interesse por esse tema surgiu a partir da prática como professora da disciplina de Psicologia Educacional e Formação Docente, na Universidade Presidente Antônio Carlos, campus Araguari-MG, onde muito se ouvia, durante as discussões, em sala de aula, o termo “família desestruturada”. Durante as aulas, a expressão causava certa estranheza, visto que, ao questionar às alunas acerca do que significava uma família desestruturada, era comum se ouvir *é aquela família onde os pais são separados, os filhos são criados por avós, são filhos de mãe solteira*. Então, durante as aulas nos cursos de formação de professores, contextualizando a suposição de que os pais vivam no mesmo lar, mas briguem o tempo todo na frente de seu filho, nesse caso, essa família também não poderia ser chamada de família desestruturada? Houve respostas afirmativas, por parte dos alunos. A partir de então, passou-se a trabalhar com o conceito de famílias, e não de família.

Sempre, ao se promover o debate com os alunos, o tema família era abordado, mas permeava nas discussões a questão da família nuclear. O discurso teórico, por parte das professoras, ilustra uma preocupação constante com o tema, mas a prática pedagógica, ou seja, o discurso transformado em comportamento evidencia algo diferenciado. Neste sentido, abordar o tema família, no contexto sócio-econômico vigente, instiga professores, alunos e pesquisadores a repensarem os valores e crenças aos quais já estão acostumados.

O modelo vigente, que é o da família nuclear, composta por pais, mães e filhos, possuidores de uma ordem hierárquica e divisão de funções, não encontra mais espaço no cotidiano. As mudanças impostas pela industrialização, a promulgação da lei do divórcio na década de setenta, o advento da pílula anticoncepcional, a revolução sexual e a entrada da mulher para o mercado de trabalho, são apenas alguns dos fatores que fizeram com que a família se organizasse de diferentes maneiras, mostrando que não há uma forma “correta” de se constituir família. Nesse sentido, as escolhas na constituição familiar da atualidade levam em consideração, não apenas o desejo dos indivíduos, mas também, suas condições econômicas para decidirem ficar juntos e ter descendentes.

O estudo em questão se justifica pela importância em conhecer as representações, considerando a importância do professor para a formação do aluno e como as mesmas se apresentam nas ações dos professores, na sua prática profissional. A partir desse conhecimento, poder-se-á delinear um trabalho de intervenção psicopedagógica, de modo a promover um salto qualitativo tanto na formação das professoras, quanto na formação dos alunos que com elas estudam.

Para melhor organização desse estudo, optou-se por estruturá-lo em cinco capítulos. O primeiro traz uma revisão teórica sobre as representações sociais, a família e educação. As transformações na instituição familiar são discutidas no segundo capítulo. Aprofundando um pouco mais, neste mesmo capítulo, enfocam-se a parceria entre a família, escola e docência.

A metodologia desenvolvida vem explicitada no terceiro capítulo. No quarto, há a descrição e análise dos resultados e, finalmente, no quinto e último capítulo estão as considerações finais.

CAPÍTULO 1

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM OLHAR SOBRE A FAMÍLIA

E EDUCAÇÃO A PARTIR DA TEORIA

*Temos uma história diferente, que questiona ao invés de adaptar-se,
e que busca o novo, lá mesmo onde o peso hegemônico
do tradicional impõe as suas contradições.*

*Mas a busca do novo não se constitui sem que tenhamos
a coragem de enfrentar nossa própria história,
e a teoria das Representações Sociais vai buscar,
tanto dentro da Psicologia como fora dela, as
possibilidades de reconstrução teórica, epistemológica a que se propõe.*

*É o caráter dessa busca que lhe faz ser tanto uma teoria
específica da Psicologia Social
como um empreendimento interdisciplinar.*

(GUARESCHI E JOVCHELOVITCH 2002, p.17).

A proposta de um estudo que relacione educação e família, considerando o professor como protagonista, permite que se adentre no mundo de suas idéias, de seus pensamentos, como forma de conhecer as representações que ele -o professor- constrói, à medida que vivencia suas relações. A escola é a instituição responsável pela educação formal dos indivíduos, devendo cumprir a missão de transmitir os conteúdos de maneira que se tenha acesso à herança cultural da sociedade. Para que consiga atingir seus objetivos, a escola deve empregar recursos, dos quais se pode destacar professores especializados, local apropriado,

currículo devidamente planejado e estudado, além de recursos materiais e didáticos para proceder à transmissão do conteúdo.

Historicamente, a instituição escolar de hoje, nem sempre existiu nesses moldes; podendo-se dizer que, juntamente com a família, é uma construção histórica, datada do século XVI e que se transforma, se se considera o homem como ator principal nesse processo (ARIÈS, 1981). A escola apresenta-se como uma das instituições sociais mais importantes, visto que depois da família, é ela quem mediará as relações do indivíduo com a sociedade. De acordo com Bock, Teixeira & Furtado (1999), a escola transmite a cultura, modelos sociais de comportamento, valores, crenças, permitindo o processo de humanização do indivíduo.

Essa humanização, na escola, ocorre no espaço da sala de aula, onde estão agrupadas várias individualidades com suas respectivas subjetividades. Uma vez que a troca social e cognitiva acontece, nesse espaço, faz-se necessária a presença do professor que é quem coordena e que também possui sua individualidade e subjetividade; portanto, necessita estar preparado para lidar com essas diversas subjetividades sem ter um caráter judicativo neste processo.

A teoria das Representações Sociais pode ser vista como uma abordagem sociológica de Psicologia Social, que tem sua origem na Europa, com a publicação do estudo de Serge Moscovici, datado de 1961, cujo título é *La Psychanalyse: son image et son public*; podendo ser considerada como uma continuidade do estudo das representações coletivas de Durkheim. Porém, Moscovici preferiu nomear de Representações Sociais em função do caráter dinâmico e pela variação e diversidade das idéias presentes nas sociedades modernas. Segundo Moscovici (2003), as Representações Sociais não podem ser tomadas como algo dado e estático. Desta forma, o fenômeno das Representações Sociais se liga aos processos sociais que estão implicados com as diferenças existentes na sociedade. Desde a época em que o autor formulou o conceito, outros autores têm investido em pesquisas a respeito desse tema.

Todos eles sintetizam as idéias de Moscovici, de que, em geral, as Representações Sociais teriam a função de pautar a conduta dos indivíduos na sociedade ao mesmo tempo em que serviriam de parâmetro comunicacional entre eles (PEREIRA DE SÁ, JODELET, ABRIC, apud SADALA, SARETTA E ESCHER, 2002). Moscovici (2003) faz referência às Representações Sociais, definindo-as como:

Um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função: primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e da sua história individual e social (MOSCOVICI 2003, p.21).

Segundo Moscovici (2003, p.20), o propósito de todas as Representações Sociais é tornar algo não familiar, ou a própria não familiaridade, familiar. A familiarização é sempre um processo construtivo de ancoragem e objetivação, através do qual o não familiar passa a ocupar um lugar dentro de nosso mundo familiar. A partir dos dois processos denominados de ancoragem e objetivação, as representações são construídas, ligando-se às ciências pelo fato de serem extraídas do senso-comum e tornadas, pela ciência, menos comum. Desta maneira, Moscovici (2003) afirma que, cada fato, cada lugar comum tem, escondido dentro de sua banalidade, um mundo de conhecimento e determinada dose de cultura e um mistério que o faz ao mesmo tempo compulsivo e fascinante.

O primeiro mecanismo –ancoragem- tenta ancorar idéias estranhas, reduzindo-as a categorias e imagens comuns, colocando-as dentro de um contexto familiar. O segundo mecanismo –a objetivação – tenta transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferindo o que está na mente em algo que exista no mundo físico. Esses dois mecanismos

atuam no sentido de tornar o não-familiar em familiar criando, desta maneira, as Representações Sociais.

A ancoragem é um processo que transforma algo estranho, perturbador; algo que nos intriga em nosso sistema particular de categorias, e o compara com um paradigma de uma categoria que, para nós, apresenta-se como a mais adequada. MOSCOVICI (2003) define o termo ancorar como:

Classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras. Nós experimentamos uma resistência, um distanciamento, quando não somos capazes de avaliar algo, de descrevê-lo a nós mesmos ou a outra pessoa (MOSCOVICI, 2003, p. 61).

Assim, citando como exemplo o estudo em pauta, ao se falar de arranjos familiares alternativos, eles são “julgados” como desestruturados, pois fogem ao padrão familiar, conhecido como família tradicional ou família nuclear. Desta maneira, ainda não se consegue nomear os arranjos familiares. Se não são tradicionais ou nucleares, são famílias desestruturadas que não se adequam como modelo ou são vistas somente pelo ponto de vista negativo. Não se questionam os sentimentos suscitados nos indivíduos que participam desta “família diferente” e, assim, a escola, também ancorada em categorias hegemônicas, acaba por pregar um modelo ideal, distante da realidade da grande maioria das pessoas.

É verdade que a representação é um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes, não existindo uma neutralidade. Cada vez que se classifica uma pessoa, ou a própria família, não se está apenas colocando um fato, mas se está avaliando e rotulando. Quando algum fator pouco conhecido é apresentado às pessoas, elas sempre vão percebê-lo em relação a algum paradigma. No que se refere à questão da classificação, ao se classificar algo, ele é confinado a um conjunto de regras que já se encontra estabelecido e que

define o que é ou não permitido em relação a indivíduos de uma mesma classe. Desta forma, o que torna a classe fortalecida, é o fato dela proporcionar um modelo ou protótipo adequado que possa representá-la e uma espécie de amostra de imagens de todas as pessoas que supostamente pertençam a ela, oferecendo a idéia de que estão seguras ao se enquadrarem em grupos que já são conhecidos e significativos, socialmente.

Outra característica da ancoragem é a categorização, que significa a escolha de um dos modelos existentes e já classificados como familiares que se encontram estocados na memória, com o qual é estabelecida uma relação positiva ou negativa, a partir da escolha de características significativas. Se ela é positiva, é registrada a aceitação; caso contrário, ela é rejeitada e mantida em distância, como se fosse algo divergente do protótipo (MOSCOVICI, 2003, p: 65). De acordo com Moscovici, se suas observações estiverem corretas, todos os “preconceitos”, independente de sua espécie, somente poderão ser superados através da mudança das Representações Sociais, da cultura, da “natureza humana” e assim por diante. Acrescenta ainda, que:

De modo geral, minhas observações provam que dar nome a uma pessoa ou coisa é precipitá-la (como uma solução química é precipitada) e que as conseqüências daí resultantes são tríplexes: a) uma vez nomeada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências etc., b) a pessoa, ou coisa torna-se distinta de outras pessoas ou objetos, através dessas características e tendências; c) a pessoa ou coisa torna-se o objeto de uma convenção entre os que adotam e partilham a mesma convenção (MOSCOVICI, 2003, p. 67).

Assim, a teoria das Representações Sociais traz duas conseqüências: em primeiro lugar, a exclusão da idéia de pensamento ou percepção que não possua ancoragem, ou seja, aquilo que não se consegue atribuir significado, excluindo, também, a idéia do viés no pensamento ou percepção, considerando que todo sistema de classificação e de relações entre sistemas parte do pressuposto de uma posição específica, um ponto de vista que se baseia no

consenso. Em segundo lugar, os sistemas de classificação e de nomeação não são, simplesmente, meios de graduar e rotular pessoas ou objetos que são considerados entidades discretas. O objetivo fundamental é facilitar a interpretação de características, a compreensão de intenções e motivos subjacentes às ações das pessoas para formar opiniões.

O segundo processo utilizado na elaboração das Representações Sociais é denominado de objetivação e pode ser caracterizado como a transformação de uma representação na realidade da representação, ou seja, na transformação da palavra que substitui a coisa na coisa que substitui a palavra. “Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem” (MOSCOVICI, 2003, p.71). Assim, quando algo é objetivado, torna-se passível de ser questionado pelo fato de existir e poder ser expresso por uma palavra que o caracteriza. Mas nem todas as palavras podem ser ligadas às imagens; somente aquelas que foram selecionadas devido à capacidade de serem representadas, mescladas, integradas ao que Moscovici denominou de núcleo figurativo. Os termos utilizados são, também, em sua maioria, os mais conhecidos e comumente empregados, o que facilita, ou não, o aceite de novos paradigmas. Ao relatar o estudo realizado a respeito do tema Psicanálise e Representações Sociais, o autor conseguiu perceber que:

Parece, então, que a sociedade faz uma seleção daqueles (referindo-se aos conceitos psicanalíticos) aos quais ela concebe poderes figurativos, de acordo com suas crenças e como estoque preexistente de imagens. Por isso afirmei, há algum tempo: embora um paradigma seja aceito porque ele possui um forte referencial, sua aceitação deve-se também à sua afinidade com paradigmas mais atuais. A concretude dos elementos desse sistema psíquico, deriva de sua capacidade de traduzir situações comuns (MOSCOVICI, 2003, p.72).

Estudos cujo embasamento teórico está calcado em Representações Sociais (Cruz, 1997; Almeida e Cunha, 2003; Franco, 2004; Guareschi e Jovchelovitch, 2002) buscam entender de que maneira as pessoas organizam as informações e os conhecimentos adquiridos no cotidiano para direcionarem seus comportamentos, suas ações e seus pensamentos. Nos trabalhos tomados aqui como referência, os autores têm a preocupação de destacar a importância da contextualização da pesquisa, visto que as representações sociais são historicamente construídas e estão vinculadas a diferentes grupos socioeconômicos, culturais e étnicos, que as expressam por meio de mensagens, e que refletem nos diferentes atos e nas diversificadas práticas sociais (FRANCO, 2004).

As imagens repassadas de família, nos materiais didáticos, mídia televisiva e impressa, nem sempre contemplam os arranjos existentes, o que ainda dificulta o debate sobre o tema. A respeito das imagens, é necessário considerar o ambiente social que é totalmente composto por elas, e enquanto seres pertencentes à sociedade, sempre que nos deparamos com elas, acrescentamos algo, modificando-as, descartando algumas e adotando outras. Deste modo, as imagens passam a não ocupar mais uma posição específica, em algum lugar entre as palavras, mas passam a existir como objetos, elas são o que significam.

Moscovici também chama a atenção para o fato de que a cultura estimula à construção de realidades a partir de idéias geralmente significativas. Algumas razões para isso residem no fato óbvio de que a sociedade quer apropriar-se e transformar em característica comum o que originalmente pertencia a um campo de esfera específico; “sem representações, sem metamorfose das palavras em objetos, é absolutamente impossível existir alguma transferência” (MOSCOVICI, 2003, p.75). Pode-se depreender deste fato, que cada cultura lança mão de instrumentais para transformar suas representações em realidade, o que fornece um significado seguro para pautar a conduta das pessoas no contexto social.

Alguns livros didáticos já concebem famílias sem, necessariamente, serem compostas pelo modelo nuclear, mas é preciso entender que as pessoas trazem um conceito sobre família que vai sendo construído durante o período de convivência com os adultos do seu dia-a-dia, e uma “desconstrução” deve ocorrer em função da mudança nas estruturas familiares, para que se possa trabalhar a aceitação e o entendimento daquilo que se mostra “fora da norma”. Requer, portanto, um despir-se de conceitos arraigados e formatados para que se tenha o confronto do novo com o velho para, em seguida, estabelecer a coerência, a aceitação e o respeito por aquilo que não é igual, mas que também não é diferente, mas o que há de adequado para determinado grupo.

Cruz (1997) realizou uma pesquisa, em meados dos anos 80, com o tema relacionado à representação da escola em crianças das camadas populares e cujo objetivo era contribuir para o resgate do aluno enquanto sujeito que informa, em primeira mão, o que pensa e sente a respeito de sua vivência escolar. A autora faz uma explanação, de modo claro, destacando como as representações das crianças vão sendo modificadas ao longo do ano letivo e de que maneira os sentimentos afetivos que são despertados pela ida à escola cedem lugar a sentimentos de aversão pela mesma; o que aconteceu, neste caso, em função da professora não acreditar na possibilidade de seus alunos aprenderem: *“em agosto sentencio que a grande maioria não vai aproveitar nem isso”*. Nesta pesquisa, trabalhou-se com crianças e buscou conhecer suas famílias para que pudesse ter uma visão mais abrangente do tema em estudo. Ao buscar conhecer as famílias das crianças sentenciadas pela professora, deparou-se com uma outra realidade: a grande importância que elas conferem à educação. Para as mães ouvidas, o “estudo maior” é que possibilita uma profissão mais rendosa e, portanto, a melhoria das condições de vida dos filhos e delas próprias.

Nas considerações finais, destaca-se que o que mais chamou a atenção na pesquisa, não foi a falta de competência da professora ao ensinar os conteúdos propostos, mas os

ataques à auto-estima das crianças. As recriminações, tanto a elas quanto às suas famílias são percebidas, mais veementemente, nos momentos em que as crianças dizem para a professora que ela não está sendo capaz de lhes ensinar, desta forma, estabelece-se uma relação de hostilidade e medo entre as representações dos alunos. Finalizando, a pesquisa de Cruz (1997) ressalta que as reações que uma instituição provoca numa pessoa dizem muito dessa instituição.

Almeida e Cunha (2003), por sua vez, procuraram investigar quais eram os elementos constituintes das Representações Sociais dos professores sobre o desenvolvimento do homem em seu ciclo vital, partindo da suposição de que há uma tendência em subestimar o desenvolvimento da criança e do idoso, considerando-os como seres dependentes (dos adultos) e em compreender a vida adulta como “período ótimo” (grifo das autoras) do desenvolvimento. As autoras ainda mencionam que o estudo das Representações Sociais dos professores expressa uma tentativa para que se possa compreender a forma pela qual as crenças, os valores, enfim, os pensamentos sociais se integram com as práticas sociais desses profissionais, e estas com o processo de desenvolvimento dos seus alunos. Como resultado, houve uma associação da criança com brincadeiras, inocência e dependência; o adolescente com transformações no corpo, crises existenciais e sexualidade; o adulto com produtividade, trabalho e estabilidade e, o idoso com sabedoria e experiência.

É assim que se entende que as Representações Sociais tornam o não-familiar em algo familiar, o que significa uma forma diferente de dizer que elas são dependentes da memória. Conclui-se, então, que a ancoragem e a objetivação são maneiras encontradas de lidar com a memória; sendo que a primeira mantém a memória em movimento e ela é dirigida para dentro, sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome; e a segunda - objetivação - tira os conceitos e

imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido (MOSCOVICI, 2003, p.78).

Finalizando, reafirma-se que realizar um estudo sobre a relação educação e família, considerando o professor como protagonista, é adentrar no mundo de suas idéias, para que se possa caracterizar o pensamento, as crenças, os valores e as representações que os mesmos têm, no que diz respeito à educação. A pretensão não é julgar como certos ou errados os pensamentos das professoras, mas identificar quais as percepções e crenças, ou seja, quais são as Representações Sociais de um grupo de professoras do ensino fundamental sobre a temática família. A esse respeito, Rego propõe:

A compreensão do pensamento do professor, o conhecimento mais profundo daquilo que ele já sabe pode servir como um interessante indicador daquilo que ele precisa saber, ou seja, das informações que necessita para embasar seu trabalho junto às crianças, para preencher as lacunas, corrigir equívocos, redimensionar e analisar com mais criticidade sua prática, e buscar soluções alternativas para os problemas do cotidiano pedagógico (REGO, 1998, p.53).

Ao se deparar com estes fatos, inúmeros pensamentos permeiam o imaginário social, e a escola acaba por representar uma das formas de acesso a um mundo cultural capaz de tornar os indivíduos aptos a conviverem com seus pares. Entendendo a escola como um espaço de interação e comunicação, ratifica-se a escolha da teoria das Representações Sociais como um dos pontos norteadores dessa pesquisa pelo fato de se entender tanto a família quanto a escola como instituições de cunho social. Um olhar crítico revela a necessidade de não dicotomizar o indivíduo do social, e desta forma, a teoria das Representações Sociais, mesmo estando dentro do campo da Psicologia Social, e sendo esta uma ciência básica, oferecerá suporte para compreensão dos fenômenos educativos, viabilizando o conhecimento das crenças, dos valores e das imagens presentes em sala de aula, principalmente, na relação professor-aluno.

CAPÍTULO 2

A FAMÍLIA E SUAS MODIFICAÇÕES: QUEM É A FAMÍLIA DA ATUALIDADE?

[...] Temos uma família muito distante,

Em aposentos que não vemos, em países que jamais iremos visitar!

Dessa temos notícias, eventualmente:

Mas o nosso amor é uma rosa que murcha incomunicável.

Temos uma família próxima, algumas vezes,

Que se move e nos fala e nos vê,

Mas entre nós pode não haver notícias:

E o nosso amor é um muro sem rosas.

Temos muitas famílias, havidas e sonhadas.

São as nuvens do céu que levamos sobre a alma,

E as espumas do mar que vamos pisando. [...]

(Cecília Meireles)

A família é a primeira instituição da qual, geralmente, todo ser humano participa, sendo o primeiro grupo de forte influência sobre as pessoas, sobre seu comportamento, personalidade e suas escolhas futuras, tendo, ainda, funções de acolhimento, cuidados, educação e preparação do indivíduo para a vida em grupo. É na relação com seus cuidadores que a criança inicia sua constituição enquanto sujeito; a formação de sua identidade, as percepções de quem são os outros e quais são os papéis que ela e estes outros desempenham, dentro da organização familiar. Mas, uma pergunta permanece premente: de que família se está falando?

Ao se pensar em sistema familiar, é necessário entender que, cada família tem um modo próprio de se organizar. Nos últimos vinte anos, têm crescido a preocupação em torno

do tema família, no que tange ao seu processo formativo, seus papéis e como essa temática tem sido abordada no contexto educativo (PASSOS, 2002; ARAÚJO, 2002; SOUZA, 1997; NOGUEIRA, 1998). As mudanças nos modos de vida familiar (papéis e funções de pais e mães, entrada da mulher para o mercado do trabalho, divórcios, dentre outras) exigem um resgate histórico para que se entendam as configurações familiares que, hoje, participam do contexto social, bem como, para que se encontrem respostas, ou caminhos para os seguintes questionamentos: por que existem hoje tantas formas de se compor uma família? Será que as pessoas estão sendo felizes com seus arranjos familiares? Enfim, o que é uma família? (PASSOS, 2002)

As respostas a estas indagações devem ser buscadas, inicialmente, recorrendo-se ao modelo histórico da construção do conceito de família. Ariès (1981) retrata, de modo significativo, como aconteceu a evolução da dinâmica familiar; ou seja, de como ela deixou de ser um grupo de sustentação material para se tornar um grupo afetivo, devotado aos cuidados infantis. Em seu livro *A História Social da Criança e da Família*, é possível, através da iconografia, acompanhar como surge o sentimento de família. As descrições das imagens da família permitem verificar como elas foram traduzidas e construídas, durante os séculos XVI e XVII. Até o século XVII, a vida da família era representada pela vida exterior, pública, não havendo uma vida familiar em sua intimidade. As cerimônias religiosas, a bênção do leito nupcial, visitas dos convidados aos recém-casados já deitados, demonstram o quanto a sociedade era invasiva e controladora da vida do casal. Neste sentido, a existência da família pode ser descrita como realidade vivida; ou seja, ela não existia, ainda, enquanto sentimento ou valor. O sentimento de família surge entre os séculos XV e XVIII em função da importância que se passou a atribuir à educação e à maneira como a criança passou a ser vista pelos adultos, ou seja, os pais passaram a se interessar pelos estudos dos seus filhos, os acompanhando com uma solicitude habitual nos séculos XIX e XX. Nesse período, a família

começou a se organizar em torno da criança dando-lhe uma importância que trouxe também uma modificação a respeito dos afetos existentes na dinâmica familiar. A partir dessas modificações, a família deixou de ser uma instituição pública e se tornou uma instituição fechada, podendo ser definida da seguinte maneira:

A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual, passando a formar os corpos e as almas [...] o cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno de família (ARIÈS, 1981, p.194)

É normal que num espaço privatizado, surjam sentimentos novos entre os membros da família e, a história da família se vê apenas em seu início, o que desperta interesse dos pesquisadores (Ariès, 1981). Sendo relevante falar sobre o sentimento de família, surgido entre os séculos XV e XVIII, é necessário destacar, historicamente, três grandes períodos na evolução da família ocidental.

Na visão da psicanalista Roudinesco (2003), numa primeira fase, tínhamos a família denominada de tradicional, na Europa da Idade Média, que era responsável por assegurar a transmissão do patrimônio; dessa maneira, os casamentos eram arranjados, sem se considerar a vida sexual e afetiva do futuro casal. Em uma segunda fase, a família, denominada de moderna, torna-se o local da troca afetiva; modelo que pode ser encontrado entre os séculos XVII e XX, período coincidente com a iconografia ilustrada por Ariès (1981). A partir de 1960, torna-se possível identificar uma terceira fase, denominada de família contemporânea ou pós-moderna, unindo ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. Esta época é coincidente com o lançamento da pílula anticoncepcional, a revolução sexual e os divórcios. Esse período histórico retrata as

transformações ocorridas na família ocidental que tiveram impacto na cultura brasileira, como passa a ser abordado.

Historicamente, no caso do Brasil, a mudança na dinâmica familiar aconteceu pela colonização portuguesa; a família tradicional de modelo europeu era patriarcal e extensa, formada por um numeroso grupo de pessoas que habitavam a mesma casa, tendo o pai como chefe. Ainda na família patriarcal, o casamento formal era condição para estabelecimento de relações sexuais e procriação, e o adultério, considerado crime. Os maridos eram superiores às esposas, os homens, às mulheres e havia a existência de um grande número de parentes, convivendo no mesmo espaço. Esse modelo vigente existiu entre os séculos XVI até, praticamente, todo século XIX. Em relação aos papéis assumidos pelos membros da família patriarcal, destacam-se: ao pai cabia exercer o poder em todo seu domínio territorial e sobre as demais pessoas da casa; à mulher, aos filhos e aos outros parentes, a obediência e o respeito ao pai, sendo ainda destinado à mãe, os cuidados com os filhos e administração do lar. Ainda nesta família denominada de parentesco extenso, os pais encontravam auxílio na criação dos filhos, visto que havia muitos substitutos convivendo no mesmo espaço. Nessa organização familiar, sempre um dos pais permanecia junto à sua família de origem, e o casal acabava vivendo uma relação paralela entre si, não partilhando funções e interesses mútuos. Uma das funções atribuídas a essa estrutura familiar, referia-se ao fato de assegurar a estabilidade e o fornecimento de padrões de vida e de relacionamento social aos seus descendentes (SOUZA, 1997).

Vale salientar que a família tem uma dinâmica de transformação no tempo e no espaço. Em virtude do progresso, as famílias sentiram a necessidade de mudança. Nos séculos XIX e XX, a família nuclear, composta por pai, mãe e filhos coabitantes do mesmo domicílio, passa a ser o modelo vigente. Sua estruturação ocorre em função do enfraquecimento da família tradicional extensa, ao mesmo tempo em que ocorre o processo de industrialização e

urbanização, que colocou um fim ao trabalho escravo e iniciou à necessidade de se dividir a tarefa de cuidado dos filhos, com outras instituições, como a escola, por exemplo. Textos referentes a essa temática histórica, (PASSOS, 2002; CIRINO, 2001) relatam que o ideal da família nuclear, heterossexual, monogâmica, patriarcal, parece ameaçado, pois as transformações na própria dinâmica familiar, a divisão de papéis e sua organização acaba por fazer com que o núcleo se quebre em vários pedaços. Em virtude do casamento ser considerado uma instituição enfraquecida, devido ao aumento dos divórcios, recasamentos e uniões de concubinato, a história da família passa a ser contada e recontada pelos atores que se encontram no lar e pelos novos atores que passam a fazer parte do contexto, como os namorados do pai e da mãe, os meio irmãos, os avós, os pais solteiros.

Judicialmente, no Brasil, as novas configurações também passam a ser amparadas pela lei. A Constituição de 1988 desencadeou algumas reformas que passaram a vigorar da seguinte maneira: a) homens e mulheres são iguais perante a lei; b) o Estado reconhece outras formas de família para além daquela constituída pelo casamento; c) os filhos passam a ser reconhecidos, sejam eles, advindos ou não de um casamento ou fora dele (Constituição, apud CIRINO, 2001, p.43).

A partir destas transformações, a temática família e suas formas de organização passam a ser alvo de interesse por parte de pesquisadores. Percebe-se, em alguns estudos, que o foco central é a tentativa de entender como as mudanças históricas, sociais e culturais afetaram e afetam os membros pertencentes a esta instituição e de que maneira as funções destas pessoas vem sendo desempenhadas (PASSOS, 2003; WAGNER, 2003). Alguns temas aparecem com maior evidência que outros, mas, de um modo geral, a preocupação é a respeito de como as pessoas estão lidando com as transformações que estão ocorrendo na organização familiar. O grupo de pesquisadores coordenado pela autora Wagner (2003) organizou um livro onde são relatadas as pesquisas realizadas sobre a temática família,

estudando a respeito das possibilidades e potencialidades da família, sobre mulheres chefes de família; sobre a noção de família para meninos institucionalizados e os novos personagens que adentram no contexto.

Estudos realizados por Bock, Teixeira & Furtado, no final dos anos 90, rejeitam um único modelo de família, procurando entendê-la como criação humana que se tornou mutável por questões de cunho histórico e cultural. Na sociedade, tem-se espectadores das mais diversas configurações familiares, por exemplo a família de pais separados, que realizam novas uniões, das quais resulta a convivência entre os filhos dos casamentos anteriores de ambos e os novos filhos do casal; famílias chefiadas por mulheres, pai e/ou mãe solteiros; a homossexual, famílias com filhos adotivos, crianças órfãs, entre outras. Independente do modo como está organizado o grupo familiar, as pessoas continuam desempenhando suas funções (e/ou assumindo outras) e têm seus lugares definidos neste contexto. A “forma” não importa, mas ainda continuam a existir pai, mãe, filhos, avós, tios. Homem e mulher podem ser considerados família ou apenas casal; no entanto, quando do nascimento dos filhos, deixam de ser apenas homem (marido) e mulher (esposa), para se tornarem pai e mãe; funções estas, diferentes das funções de marido e esposa. Nesta redefinição de papéis, femininos e masculinos, a mulher passa a tomar parte na função de provedora e o homem parece perder a função na família. Atribuições que antigamente eram do pai ou da mãe, não se ligam mais à questão de sexo. Em virtude dos avanços econômicos, da entrada da mulher para o mercado de trabalho, o homem (pai) acaba perdendo sua função de arrimo:

Homens e mulheres em uma infinita combinação de probabilidades confirmam: mudamos e construímos diversidades na forma de viver. E, com maior nitidez do que antes, é possível observar também que os papéis sociais não coincidem, ponto a ponto, mulher e feminino, homem e masculino. O sexo é definido anatomicamente após o nascimento, e a sexualidade é uma construção posterior, que se inicia na família (ARAÚJO, 2002, p.104)

Esta não coincidência nos papéis sociais entre homens e mulheres reflete-se na própria questão do sentimento de pertencimento ao grupo; uma preocupação que apareceu nos estudos de Passos (2002). Esta autora destacou a necessidade da existência de elementos universais e elementos particulares para a composição de uma família. Dentre os elementos universais na constituição de uma família, a estudiosa alega que eles dizem respeito aos componentes que definem a família enquanto o lugar no qual a criança possa estruturar seu psiquismo, tornar-se sujeito e ocupante do lugar que lhe é outorgado; ou seja, os investimentos afetivos necessários para a origem do grupo familiar e as funções parentais assumidas por homens e mulheres, ao decidirem estar juntos. Em relação aos componentes particulares, estaria se referindo à quantidade de investimento afetivo e da natureza qualitativa deste investimento. São as transformações sócio-histórico-culturais que obrigam os sujeitos a repensarem seus lugares dentro da organização familiar e se eles ainda querem permanecer neste lugar.

Ao se analisar as transformações ocorridas na família, é mister repensar a necessidade de entender como é importante conhecer o que acontece na sociedade como um todo, considerando que os modos de funcionamento familiar promoverão o desenvolvimento saudável, principalmente, no aspecto afetivo/emocional. Desta maneira, a pesquisa em questão trabalha com o termo configurações familiares alternativas, entendendo-se todo e qualquer agrupamento de pessoas que convivem num mesmo ambiente, estabelecendo vínculos afetivos, independente, dos laços consangüíneos. Desta forma, serão considerados como família: filhos que moram somente com um dos seus progenitores; filhos que são criados por seus avós ou tios; filhos de família homossexual; casal com filhos adotivos e filhos de pais separados e que já constituíram nova união da qual já existem outros filhos.

Retomando o conceito operacional de configurações familiares alternativas, acredita-se ser o termo "alternativas" o mais adequado, porque segundo Amora (1999, p. 32),

alternativas quer dizer " alternado; que se diz ou faz com alternância; que possibilita escolha". A esta última definição, que muito chama atenção, é que denomina-se configurações familiares alternativas, porque escolhem manter um casamento ou não; adotar crianças ou continuar sem filhos; e ainda, escolhem os parceiros do mesmo sexo ou do sexo oposto e optam, ainda, por ampliar a família, ou não.

Souza (1997), utiliza o termo "famílias não tradicionais ou alternativas", apesar de perceber a existência de um tom pejorativo ao fazer referência ao termo não-tradicional. A autora apresenta alguns aspectos relativos às transformações que estão ocorrendo na estrutura do relacionamento familiar, ressaltando a importância de mais estudos sobre o tema, tendo em vista ser esta uma área pouco explorada. Souza (1997, p.34) menciona, em seu estudo, que está arraigado no pensamento das pessoas um modelo hegemônico, a família tradicional / nuclear, composta de pai, mãe e filhos. Afirma, ainda, que “por mais que a família venha mudando, há um modelo que permanece atuando na mentalidade brasileira (não somente brasileira)”. Além de se promover a reflexão acerca desta transformação, a preocupação da autora gira em torno da maneira como adultos e crianças encaram essas modificações e ela conclui que, se a família está mudando, é necessário que as pessoas se tornem capazes de conversar com crianças a respeito de família, separação, recasamento, que são alguns dos pontos nevrálgicos das configurações familiares. Concluindo, a família deve ser:

Um espaço insubstituível para a assistência e proteção das novas gerações e para o desenvolvimento de valores e atitudes sociais baseados na cooperação e solidariedade, a convivência familiar em um ambiente em que a criança e o jovem se sintam respeitados, compreendidos e que lhes transmita segurança é fator preponderante para o desenvolvimento harmonioso da personalidade (FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL, ONG: PARCEIRA DA FAMÍLIA, 2002, p.12).

É neste contexto que se vive atualmente; as pessoas mudaram e, por consequência, o grupo primeiro do indivíduo - a família - também mudou. Como não é mais possível "fechar" um conceito para família, será trabalhada uma definição mais abrangente, que pode ser descrita como “conjunto de adultos que se relaciona de uma forma duradoura e constante com as crianças e jovens no seu espaço casa, tendo como traços principais a co-residencialidade e a partilha de recursos comuns” (DIOGO, 1998, p.39 apud FUNDAÇÃO ITAÚ - ONG PARCEIRA DA FAMÍLIA, 2002).

2.1 - FAMÍLIA, ESCOLA E DOCÊNCIA: PARCERIA NECESSÁRIA NA FORMAÇÃO DO INDIVÍDUO.

*Quando entra em sala de aula, o professor pode estar apenas interessado
em ensinar, isto é, em transmitir conhecimentos
e informações e esclarecer sobre os assuntos de sua matéria.*

*Mas existe outro ensinamento, muito mais profundo e eficaz, que ele comunica,
quer queira ou não: a lição de si mesmo como pessoa humana.*

Isso significa que, quando vai dar aula, mais do que

*a notícia de sua matéria, ele está inevitavelmente se anunciando aos seus alunos,
quer deseje ou não,
pelo seu modo de ser, de falar e agir. (RÚDIO, 1999, p.80)*

Depois da família, é na escola que a criança dará continuidade ao seu desenvolvimento e aprendizagem, e o professor, então, assumirá parte da responsabilidade na educação desse indivíduo. Sendo assim, a preocupação atual em relação à formação de professores, através da elaboração de materiais didáticos auxiliares da prática docente, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e os Referenciais Curriculares para Formação de Professores (RCFPs), evidenciam uma práxis educativa que privilegia tanto conteúdos pedagógicos quanto humanísticos. Alguns exemplos dessa postura podem ser vistos no RCFPs, ao elencar algumas funções do professor, tais como participar da elaboração do projeto educativo da escola e do conselho escolar; zelar pelo desenvolvimento pessoal dos alunos, considerando aspectos éticos e de convívio social; criar situações de aprendizagem para todos os alunos;

conceber, realizar, analisar e avaliar as situações didáticas, mediando o processo de aprendizagem dos alunos nas diferentes áreas do conhecimento; gerir os trabalhos de classe; propiciar e participar da integração da escola com as famílias e a comunidade e; participar da comunidade profissional.

Ao se primar pelo desenvolvimento global do indivíduo, é necessário que o professor conheça sua história de vida, pelo menos em parte. Como suporte para esta tarefa do professor, existe uma ficha cadastral do aluno que é preenchida quando da entrada do mesmo para a escola. Neste documento estão contidas informações relevantes a respeito do aluno, que auxiliarão o professor em sua prática pedagógica. A cada ano letivo, o professor da série seguinte deve retirar esta ficha e proceder à atualização dos dados dos alunos, o que facilita seu trabalho no sentido de proporcionar um melhor conhecimento a respeito do educando com o qual trabalha (JOSÉ E COELHO, 2000). O que acontece, em alguns casos, é que essa ficha é preenchida e não mais atualizada. Além disso, cabe ao professor, durante sua formação, adquirir conhecimentos referentes ao desenvolvimento humano e da cultura na qual está inserido, pois as concepções, representações e conhecimentos acerca de qualquer assunto, poderão ser conhecidos por sua fala e comportamento. Pelo lugar que o professor ocupa, sua influência é muito significativa, pois a maneira como ele enxerga os alunos é a maneira como ele estabelecerá os vínculos e, ainda, ajudará na construção da auto imagem dos mesmos.

Nogueira (1998) aborda a questão das relações família - escola, como um objeto de estudo na sociologia da educação, enfatizando que a escola necessita repensar sua postura em virtude das modificações sociais pelas quais a família está passando, não sendo possível avaliar o comportamento e o desempenho das pessoas em função da sua organização familiar. Na atualidade, para que se possa avançar em direção a um desenvolvimento saudável da criança, tanto no aspecto afetivo quanto no aspecto cognitivo, há necessidade de que o professor conheça a família de seu aluno no intuito de estabelecer a mínima coerência em sua

práxis pedagógica. A educação, considerada processo que acompanha o desenvolvimento e o crescimento do indivíduo, promove também sua inserção social, tendo relação direta com a família.

No que se refere à relação família e escola, Nunes e Vilarinho (2001) realizaram uma pesquisa cujo objetivo era *evidenciar* a importância da família possível para a relação escola-comunidade, escola - pais. A *família possível* neste contexto era representada pelos avós das crianças da escola, mas estes não assumiam o lugar dos pais, o que foi devidamente esclarecido no início do estudo. A função cumprida pelos avós naquele contexto era o de oferecer respaldo para que os netos conseguissem enfrentar as adversidades vividas com os desentendimentos dos pais ou com a ausência dos mesmos, resgatando os laços familiares e os valores que permeavam cada família em questão e que estavam sendo prejudicados pela crise familiar. A conclusão, a que se chegou, expressa a necessidade de se recomendar às escolas uma valorização na relação com as famílias e a comunidade, não desistindo dessa convivência, caso tenham pouca receptividade dos pais, ao convidá-los para o interior da escola. Segundo as autoras:

As instituições, diante das novas configurações de família, devem partir em busca de alternativas que possam acompanhar essas mudanças que se sucedem cada vez mais rapidamente. Para isso, é preciso ter disposição e ousar, criando novos meios de interação; se um caminho não puder ser trilhado, que se busquem outros, até chegar àquele que atenda à demanda inicial (NUNES E VILARINHO, 2001, p.29).

Esses estudos proporcionam uma reflexão acerca do que existe na realidade e a respeito de como lidar com a família, ou seja, é uma mudança de mentalidade frente aos novos acontecimentos e que necessita ser realizada; o que permitirá uma possibilidade de “reconstrução” das Representações Sociais. Neste sentido, é mister repensar o papel da pesquisa bem como refletir acerca da formação do professor. André (2001) em um artigo

retratando a questão da pesquisa, formação e prática docente, explicita os pontos de vista favoráveis e contrários à tríade mencionada. Ao longo do texto, a autora aborda o quão recente é o movimento a respeito da valorização da pesquisa na formação do professor. Alguns questionamentos são elencados sob forma de reflexão:

Deve-se usar a expressão professor pesquisador/reflexivo? De que professor e de que pesquisa se está tratando, quando se fala em professor pesquisador? Que condições tem o professor que atua nas escolas, para fazer pesquisas? Que pesquisas vem sendo produzidas pelos professores nas escolas? (ANDRÉ, 2001, p.55).

Estes questionamentos são apontados pela autora como parte dos debates acontecidos na área da educação, que ora defendem, ora acusam o papel da pesquisa na formação e prática docente. São apontados como reflexões pertinentes, pois há a necessidade de se considerar a sala de aula como um espaço complexo e que exige do professor decisões imediatas e ações, por vezes, imprevisíveis. Nesse contexto, nem sempre há tempo para o distanciamento e para atitudes analíticas como na atividade de pesquisa, o que não quer dizer que o professor não deva desenvolver um espírito investigativo. Ainda de acordo com a autora, cabe ao professor desenvolver o aprendizado no que se refere à observação, formulação de questões e hipóteses que o auxiliem na elucidação dos problemas que enfrenta em sala de aula, ou seja, que o professor encontre rotas alternativas para sua prática. Nessa idéia, destaca-se ainda a importância e a responsabilidade que os cursos de formação assumem, devendo desenvolver, com os professores, essa atitude vigilante e indagativa, que os leve a tomar decisões sobre o que fazer e como fazer nas situações de ensino, que são marcadas pela urgência e pela incerteza.

A preocupação em torno da qualidade da prática docente, que pode ser adquirida através da pesquisa não depende apenas da geração de novos conhecimentos que podem ser

adquiridos pela mesma. Há que se pensar em uma disponibilidade interna por parte do professor para que ele possa ver sua prática docente de maneira diferenciada. Um outro ponto a considerar reside no aspecto de que, a supervalorização do professor pesquisador, visto como um agente potencial capaz de provocar mudança pode colocá-lo como culpado de todas as mazelas pelas quais se encontra a educação, na medida em que se cria uma expectativa de que o professor pesquisador possa resolver todos os problemas da escola, pelo menos (ANDRÉ, 2001).

Algumas referências internacionais (NIKKI, 1996; THOMPSON, 1982) também evidenciam a preocupação em estabelecer uma parceria família - escola, entendendo que as transformações ocorridas na organização familiar podem prejudicar o desenvolvimento da criança, em virtude de deixarem-na isolada de temas que farão parte de seu cotidiano, caso não sejam discutidas por seus pais, professores e estudiosos no assunto. Outra preocupação nos estudos americanos é com a elaboração de manuais que auxiliem tanto as famílias quanto às escolas, a discutirem assuntos como sexualidade, divórcio, desenvolvimento da criança frente a essas modificações. De acordo com Nikki (1996) e Thompson (1982), essas são algumas das preocupações que vêm sendo pesquisadas e que, até hoje, suscitam necessidades de novas pesquisas, visto que ainda podemos perceber Representações Sociais “arcaicas”, girando em torno da dinâmica familiar tradicional, mesmo estando diante das modificações que são presenciadas no dia-a-dia.

O professor tem um sistema de representação que é socialmente construído. Durante sua formação isso não é diferente, se pensar que são representações de professores formadores juntamente com representações de professores em formação, e tais representações poderão ser sedimentadas ou revistas, de acordo com quem os forma. Segundo Chung (1998) as Representações Sociais implicam sempre a representação de algo e alguém situado num tempo e espaço e que é definida por conteúdos de natureza relacional a um objeto,

informações, atitudes, imagens, e se relaciona, ainda, a uma representação de um sujeito (indivíduo, família, grupo, classe) em relação a outro sujeito. Sendo assim, podem ser entendidas como uma forma de conhecimento elaborado socialmente e a partir daquilo que é socialmente partilhado (CHUNG, 1998, p.144). Ao final, ela ressalta que:

A escola, se não puder trabalhar esses aspectos (referente à imagem que os professores têm acerca da escola e da família de seus alunos), serve como campo fértil para a desqualificação e segregação das crianças de camadas populares. Trabalhar conjuntamente com os professores as questões ligadas às suas representações de famílias seria um passo para se chegar mais perto a outras tantas temáticas como seu conhecimento técnico, visão sobre a educação, auto-imagem profissional etc., possibilitando um verdadeiro questionamento de suas ações cotidianas e, com isso, transformações em sua prática docente.

Sadalla (1998) aborda a respeito do pensamento do professor a partir de estudo realizado com uma professora alfabetizadora e enfatiza a importância do estudo de suas crenças como forma de articulação de uma prática docente que esteja em consonância com a teoria lançada pelo professor em sala de aula. Segundo a autora, ao tomar decisões, o professor faz mais do que escolher determinada ação ou caminho a ser seguido. Ele está considerando as alternativas, baseando-se em critérios para selecionar sua conduta. Neste caso, o professor deve estar preparado para lidar com as situações antes de adentrar em sala de aula, avaliando e conhecendo suas crenças e teorias a respeito do processo de ensino e aprendizagem.

Desta maneira, conclui-se que há a necessidade de rever o papel da universidade no que se refere aos cursos de formação de professores, ao mesmo tempo em que há que se repensar o processo de formação continuada dos mesmos, com o intuito de acompanhar as modificações que ocorrem no contexto social e histórico. Nessa vertente, estudar o professor em seu cotidiano, bem como entrar em contato com suas Representações Sociais, entendendo-

o como um ser histórico, pode auxiliar na definição e reconstrução de novas imagens. O conhecimento do professor é construído em seu próprio cotidiano e não é fruto somente da escola. Vale ressaltar que esses conhecimentos provêm de outros âmbitos e de sua participação em movimentos sociais, religiosos, sindicais e essa comunicação, obtida nas trocas estabelecidas com as pessoas que também participam destes movimentos, é que proporciona que conheçamos as formas de ser, de agir e de pensar do professor (CUNHA, 2003).

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

Este capítulo destina-se à orientação quanto à metodologia utilizada na pesquisa, cujo objetivo foi identificar as Representações Sociais de um grupo de professoras do ensino fundamental acerca da temática família, a partir de quatro situações denominadas “situações rotineiras”, o que deve facilitar o entendimento dos resultados obtidos, além de fazer conhecer parte da realidade pesquisada. Ressalta-se que, essa metodologia e os resultados obtidos com a sua utilização, não poderão ser generalizados para todas as escolas municipais de Araguari-MG, visto que algumas não se dispuseram a participar do estudo e outras, em virtude da localidade (zona rural) não foram contatadas.

3.1 – MODELO DE INVESTIGAÇÃO

Nesta pesquisa foram desenvolvidos os modelos de pesquisa descritiva e de pesquisa de campo. A pesquisa descritiva versou sobre os conceitos ou terminologias adotadas para o termo família e/ou configurações familiares utilizadas na parte introdutória da dissertação. O objetivo foi situar o leitor, quanto às transformações ocorridas ao longo do processo histórico no qual a família foi se construindo e constituindo, até chegar às configurações que se tem hoje, para que se pudesse perceber a importância da interlocução entre Psicologia e Educação. Essas duas ciências fornecem materiais para construção das Representações Sociais de modo que as diferenças possam ser vistas, enquanto pluralidade social.

A pesquisa de campo foi realizada nas escolas municipais de Araguari-MG, onde trabalham as professoras que foram a amostra do estudo. A descrição é feita no item **conhecendo o local da pesquisa e o material didático.**

3.2 – CONHECENDO O LOCAL DA PESQUISA E O MATERIAL DIDÁTICO

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa foi realizada em quatro escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de Araguari-MG, previamente contatadas e que se dispuseram a participar do estudo. Algumas escolas não permitiram a realização do trabalho, alegando que as professoras não gostam de participar de pesquisas.

A rede municipal de ensino da cidade de Araguari-MG é composta por 18 escolas, sendo 10 (dez) localizadas na zona urbana; 07 (sete) na zona rural e 01 (uma) escola técnica agrícola. Apresenta um total de 3716 alunos matriculados de 1ª a 4ª série. O corpo docente é composto por 290 (duzentos e noventa) professores, que trabalham desde o pré-escolar até a quarta série do ensino fundamental. Desse total têm-se, aproximadamente, 206 (duzentos e seis) que possuem formação no Magistério, em nível médio, e 84 (oitenta e quatro) com nível superior.

A prefeitura municipal, através da Secretaria de Educação, oferece cursos em formação continuada para os professores. Para o ano letivo de 2004, quatro cursos foram programados, dando seqüência a um processo que se iniciou em 2003. Os cursos oferecidos abordam as seguintes temáticas: a) escola viva: a construção do conhecimento e tecnologia; b) curso para professores de apoio; c) Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 5ª a 8ª séries; d) formação continuada para supervisores.

Quanto ao material didático utilizado, os livros são escolhidos mediante uma avaliação prévia, realizada pelos professores, diretores e coordenadores da Secretaria Municipal de Educação, não havendo um único livro adotado. Segundo a coordenadora, o material didático utilizado pelos alunos das escolas municipais depende da quantidade de exemplares disponíveis, já que os alunos os recebem gratuitamente. Se não há livros suficientes para todos os alunos, os mesmos utilizam outros livros didáticos que abordam a mesma temática, evitando, assim, prejuízos ou *déficits* de aprendizagem para os alunos da rede municipal.

Em relação ao tema da pesquisa, foram cedidos, sob forma de empréstimo, alguns dos livros utilizados, para que, assim, fosse realizada a análise; facilitando o conhecimento a respeito da maneira como o material oferece suporte para que o professor trabalhe o tema família em sala de aula. O livro da 1ª série, "Viver e Aprender: Geografia", dos autores Lucci & Branco (2001), aborda na unidade dois, "As Famílias", partindo do questionamento de como são as famílias, de que há diferenças entre elas, a maneira como se percebem essas diferenças e suas semelhanças, as discussões em famílias, e atividades em família. No item "ilustrações", o livro apresenta fotos de famílias a partir de diferentes configurações, o que deve facilitar, em parte, a construção da representação social da família por parte da criança, que pode se sentir incluída no processo, ao perceber que o livro já revela dados da realidade da qual ela possa fazer parte.

Na coleção "Vitória Régia: Geografia", das autoras Darin e Medeiros (2001), a temática é abordada também na 1ª série. Na unidade intitulada "A vida em família", os subtemas são: a família, as famílias são diferentes, conhecendo outras famílias, famílias de outros lugares, festas familiares, relações familiares. As ilustrações também já mostram outras configurações, incluindo, neste livro, fotos de famílias indígenas e de imigrantes italianos.

O livro da 2ª série aborda a família na disciplina Língua Portuguesa. O livro analisado, "Os Caminhos da Língua Portuguesa", (GREGOLIN, 2001), em sua unidade "Histórias de

Família", trabalha com textos que, numa interpretação mais minuciosa, parecem retratar a família tradicional: a mãe cuidando da casa, o pai aparecendo quando tem que chamar a atenção do filho, e o vovô como aquele que tudo permite e que, ainda, vive de recordações.

É interessante observar que a temática família é abordada direta e, principalmente, na 1ª ou 2ª série, sendo mais freqüente na 1ª série. Nas coleções de 3ª e 4ª séries, o tema não aparece em nenhuma disciplina. Os assuntos abordados referem-se a temas da atualidade (trabalho, consumo, entre outros), mas a respeito de família, não há temas ou capítulos específicos.

O livro "Bom Tempo: Estudos Sociais", (PEIXOTO & ZATTAR, 1993), da 1ª série, trabalha a criança, como pessoa pertencente à sociedade, até inseri-la de fato na família, ou seja, trabalha, inicialmente, o indivíduo e, em seguida, esse mesmo indivíduo pertencente ao grupo. Na seqüência, vêm explicitando que as famílias não são iguais, explora a existência dos parentes, a importância da colaboração na família, suas atividades durante a semana e o lazer.

O livro da coleção "Vida & Cidadania: História e Geografia", (VESENTINI, MARTINS & PÉCORA, 2001), da 1ª série, trabalha "Você e sua Família", incluindo família de outros tempos e faz menção a respeito dos direitos da criança, que afirma em seu art.6:

Toda criança precisa de amor e compreensão para o desenvolvimento de sua personalidade. Toda criança tem direito de crescer protegida por sua família, num ambiente de afeto e segurança. Quando isso não for possível, a sociedade e as autoridades devem se encarregar dessa proteção (Declaração dos Direitos da Criança, apud VESENTINI, MARTINS & PÉCORA, 2001, p. 92).

Existe, ainda, um material de apoio para os professores denominado Programa de Capacitação de Professores (PROCAP), da Fase Escola Sagarana, que trabalha com eixos

temáticos, apresentando a família, para estudo do professor, dentro da disciplina História. O documento relata parte da trajetória da constituição familiar, enfocando, principalmente, a formação da família brasileira e a importância do professor repensar os conceitos arraigados em seus pensamentos, para que esteja apto a trabalhar com a pluralidade existente na sala de aula.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual (2000), a preocupação é voltada para entender a organização familiar como uma instituição que está em transformação, incluindo a divisão das funções e tarefas, ou seja, a necessidade de se entender que os papéis de homens e mulheres, muitas vezes, se misturam. À medida que vai traçando o plano a ser trabalhado, a vida da criança se torna o núcleo a ser abordado. Nessa linha, os conteúdos a serem trabalhados no eixo "Vida sociofamiliar e comunitária", são: ciclos de vida, hábitos familiares, tipos de família, participação do homem e da mulher na vida doméstica, o papel das crianças, relações de amizade e vizinhança, participação das crianças na vida comunitária, interesse por diversas formas de organização social. Percebe-se, então, que, pelo menos, em nível de material escrito, nos livros didáticos até no material de capacitação de professores observado, já existe uma preocupação em se trabalhar e em compreender a realidade, acolhendo as organizações familiares que estão presentes no cotidiano da escola.

Com relação às datas comemorativas, como dia das mães ou dia dos pais, as escolas municipais adotaram a referência "mamãe ou papai do coração", por acreditarem que, dessa forma, contemplem os arranjos familiares diferenciados. Os dados referentes à estrutura educacional, material didático e capacitação dos professores foram obtidos juntamente com as coordenadoras da Secretaria Municipal de Educação de Araguari-MG, em abril de 2004.

Quanto às escolas visitadas, a pesquisadora em questão foi bem recebida, tanto por parte da direção quanto por parte das professoras que se dispuseram a participar da pesquisa.

As escolas se localizam mais na periferia da cidade, sendo apenas uma, mais central. As salas de aula são arejadas, as quadras estão sendo cobertas pela prefeitura, os alunos possuem uniforme para identificação. Uma mensagem, que estava na sala dos professores de uma das escolas visitadas, muito chamou a atenção:

Enquanto nas ruas transitam pessoas apressadas, inseguras e agitadas, no aconchego da escola você semeia dia a dia o saber que traz implícito o amor, a solidariedade e a fé, a esperança e a paz [...] Está na escola o poder para tornar mais humana a humanidade e é você quem faz caminhar, criar, recriar, sonhar, fazer e vencer.

Esse pensamento afixado na sala dos professores revela, de modo implícito, que cabe à escola formar pessoas críticas, tolerantes à diversidade e mais humanas; e que está nas mãos dos professores tal tarefa. Desta maneira, aparece a representação social da escola enquanto lugar de aprendizagem, de aquisição do conhecimento, e também, lugar de afeto e vínculo. Ainda que não perceba, de modo consciente, a professora ensina muito mais do que apenas os conteúdos pedagógicos de sua disciplina. Ao adentrar em sala de aula, ela acaba por revelar seus pensamentos, suas crenças, sua forma de encarar os acontecimentos do cotidiano.

3.3 - PARTICIPANTES DA PESQUISA

Esta pesquisa contou com uma amostra de 16 (dezesseis) professoras do sexo feminino, com idade entre 20 e 50 anos, atuantes nas quatro séries iniciais do ensino fundamental, com formação em Magistério do ensino médio e/ou curso superior sem área pré-

definida. A proposta de se trabalhar com dezesseis professoras se deveu ao fato de que foi apresentado, a cada uma delas, quatro situações rotineiras (as situações estão descritas no item instrumentos da pesquisa), o que deu um quantitativo de 64 respostas a serem analisadas e forneceu indícios de como proceder num trabalho seqüencial a esse, cujo caráter se define como uma intervenção psicopedagógica.

As participantes são do sexo feminino em virtude de que não foi possível encontrar professores do sexo masculino atuando como regentes, no ensino fundamental, considerando que o professor regente passa a maior parte do tempo com os alunos, tendo condições de responder às situações propostas nos instrumentos. Na Rede Municipal de Ensino há professores do sexo masculino no ensino fundamental, mas eles atuam como especialistas, nas disciplinas de Educação Física e Educação Artística, por exemplo.

A delimitação de idade se deu em virtude de serem professoras que nasceram entre as décadas de sessenta e oitenta; momento no qual era vivenciado o surgimento da pílula anticoncepcional, a revolução sexual, a promulgação da lei do divórcio, portanto, época de transformações na sociedade e na própria família, tema desse estudo. Considerando essa faixa etária, teve-se condições de avaliar as respostas de maneira a perceber se as transformações ocorridas na sociedade podem ser observadas nas respostas das professoras.

Quanto à formação profissional, ao se contatar a Secretaria de Educação para obter a autorização para a realização da pesquisa, houve informação de que não há uma exigência de que as professoras sejam licenciadas em Pedagogia ou no atual Normal Superior. Há exigência de que elas tenham uma formação superior, mas sem uma área específica. As professoras que apenas concluíram o curso de Magistério, em nível de segundo grau, recebem apoio da prefeitura para cursarem o Normal Superior, a fim de cumprirem a exigência na questão da formação superior para atuar no ensino fundamental.

O fato de serem professoras do ensino fundamental, das quatro séries iniciais, foi mais um dos critérios de escolha das participantes para a pesquisa, em virtude de serem docentes egressas de Cursos Universitários, onde, como formadora de professoras, houve a possibilidade de um acesso mais fácil na obtenção dos dados, bem como o repensar da atuação enquanto educadora, a partir dos resultados obtidos com a aplicação dos instrumentos.

A escolha das escolas municipais para campo de pesquisa ocorreu em função de já haver uma autorização por parte da Secretária Municipal de Educação, responsável pelas escolas. Ressalta-se, também, que as professoras escolhidas assinaram um termo de consentimento, resguardando suas identidades, visto que a pesquisa segue a resolução 196 do código de ética de pesquisa com seres humanos.

3.4 – PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados por meio de entrevistas realizadas dentro da própria escola, onde as professoras participantes trabalhavam nos horários de módulo das mesmas. O horário de módulo se refere ao tempo em que os alunos permanecem com os professores que ministram aulas de Educação Física e Educação Artística, o que equivale a cinquenta minutos de hora/aula.

Os instrumentos foram aplicados durante os meses de agosto e setembro de 2004. A cada semana era agendado um horário com cada uma das professoras, que, individualmente, respondiam às situações do instrumento da coleta de dados, sendo uma situação apresentada

de cada vez. Desta maneira, elas tinham os cinquenta minutos à disposição para que pudessem pensar sobre o que fariam em cada contexto.

As situações eram apresentadas às professoras por escrito e as fotos separadas em uma pasta para manuseio particular. O material, então, era entregue às professoras e não havia diálogo entre a pesquisadora e as professoras, para que não houvesse interferência nas respostas. Essa precaução foi tomada por se tratar de um estudo a respeito das representações sociais e, qualquer fala da pesquisadora poderia interferir no pensamento das professoras. Apenas quando elas não entendiam alguma palavra é que havia explicação. Para facilitar o recolhimento do material, as folhas de respostas foram separadas por escolas e por professoras.

3.5 – INSTRUMENTOS DA PESQUISA

Alguns estudos que versam sobre o tema família e professores têm utilizado, enquanto instrumento para coleta de dados, entrevistas semi-estruturadas (CHECHIA E ANDRADE, 2002; GAMA ET AL, 2002; MADUREIRA ET AL, 2003; CARRARO E ANDRADE, 2002), desenho da família com estória, desenho da família, teste do desenho colorido da família (AMAZONAS ET AL, 2003; FLECK E WAGNER, 2003; PEÇANHA E FERNANDES, 2003), dentre outros instrumentos.

Neste caso, foram elaboradas quatro situações rotineiras utilizadas para coletar os dados e as mesmas foram selecionadas a partir da análise da prática pedagógica da própria pesquisadora além de discussões e reflexões entre orientadora e pesquisadora. Ressalta-se que, além das discussões, as situações foram utilizadas pelo fato de abordarem linguagens

diferenciadas, tendo um conteúdo em comum, que é o tema família, permitindo a identificação das representações sociais a partir de cada uma delas. Os instrumentos da coleta de dados foram algumas situações denominadas de Situações Rotineiras do Cotidiano Escolar, apresentadas às professoras, para que elas pudessem esboçar suas crenças e percepções sobre as mesmas.

O **primeiro** instrumento foi uma **Situação Cotidiana Escolar** envolvendo o tema família e foi criada em função de ser uma temática que, por diversas vezes, apareceu durante as aulas de Psicologia Educacional e de Formação Docente, nas falas das alunas, quando as mesmas relatavam suas experiências ou pediam esclarecimentos a respeito de como agir com determinada criança, visto que não encontravam apoio familiar. A situação apresentada primeiramente às professoras, foi denominada de situação cotidiana/escolar, e fazia menção a uma criança retraída e pouco participativa às atividades propostas pela professora. A intenção de se mostrar essa situação à professora residiu no fato de que ela teria que se colocar no lugar do outro, vivenciando uma troca de papéis, na tentativa de entender a importância que tem o conhecimento da história de vida da criança que está na escola; e em seguida, ela deveria se posicionar como professora, atividade que elas já realizam, mas que, vista dessa forma, as colocam frente a frente com o repensar de sua própria prática cotidiana.

A partir da apresentação de uma situação devidamente contextualizada, as professoras deveriam descrever qual seria sua postura frente à mesma. O texto contém a seguinte estória:

Carolina é uma criança retraída; faz as tarefas somente quando a professora pede e não gosta de participar das festividades promovidas na escola. A professora, depois de seis meses, resolveu contatar a família de Carolina. Enviou três bilhetes, dos quais apenas o último continha uma resposta:

“Professora, não tenho tempo para acudir os chilikues da Carolina. Se ela não quer participar de nada, nada, também, posso fazer. Vai ver que ela puxou a moleza do pai, o qual, aliás, tem dois dias que não o vejo”.

- ✓ Qual seria sua reação, se estivesse no lugar de Carolina?
- ✓ Como professora, qual seria sua reação ao receber um bilhete como este?

Neste caso, a professora deveria se reportar ao lugar de Carolina, na tentativa de imaginar quais sentimentos seriam despertados a partir da situação apresentada. Verifica-se que fala-se da empatia, definida como “compreensão intelectual de uma pessoa por outra pessoa, associada à capacidade de sentir como se fosse essa outra pessoa” (CABRAL & NICK, 1992, p.106). Num segundo momento, a professora retornaria à sua função de profissional, esboçando quais seriam seus prováveis comportamentos frente à situação vivida pela criança da estória. Qualquer interação humana, seja ela entre duas pessoas ou entre grupos, pressupõe representação. Moscovici (2003) situa esta questão, explicando que sempre e em todo lugar, quando as pessoas ou coisas são encontradas e há familiarização, as representações estão presentes. Ao se receber uma informação e tentar dar um significado a ela, a informação passa a ter o sentido que atribuímos a ela. Ele afirma, ainda, que a importância está no fato da natureza da mudança, através da qual, as representações sociais se tornam capazes de influenciar o modo com as pessoas se comportam dentro de uma coletividade. Dessa forma, as representações sociais são criadas interna e mentalmente, sendo dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra como fator determinante, dentro do pensamento individual. Assim, as representações aparecem, para nós, quase como objetos materiais, pois são produtos de nossas ações e comunicações (MOSCOVICI, 2003).

O **segundo** instrumento foi denominado de **Situação Notícia** e continha uma situação cotidiana social que foi de grande divulgação nos meios de comunicação tanto televisivo

quanto impresso, o que facilitou a interlocução dos fatos cotidianos com a dinâmica de sala de aula, para saber qual o impacto da mesma no processo de construção da representação de família. A situação notícia foi utilizada porque se percebe que a família e a educação, por serem construções históricas em transformação, recebem influência de aspectos econômicos, sociais e culturais. Desta forma, priorizou-se a relação família/escola e a maneira como a professora percebe essas influências em sua prática pedagógica. A situação apresentada é descrita da seguinte maneira:

No mês de abril de 2004, foram veiculadas imagens retratando a violência no Rio de Janeiro, especificamente na favela da rocinha. Em menos de duas semanas, doze pessoas foram mortas em tiroteios. Morreram traficantes, policiais e inocentes alvejados por engano. Alguns pesquisadores e sociólogos alegam que toda essa violência acontece, porque não há políticas para acabar com a pobreza. Outros alegam que é necessário acabar com a desigualdade. “Não é a pobreza que causa violência. É a ruptura do tecido social, a falta de estrutura das famílias, a desigualdade e os conflitos” (Folha de São Paulo, 18/04/04 - Cotidiano, p C 4).

✓ **Em sua opinião, o que é a falta de estrutura familiar que a notícia está retratando?**

As Representações Sociais poderão ser observadas no segundo instrumento pelo fato de que elas não são criadas por indivíduos, isoladamente, mas adquirem uma vida a partir do contato deste indivíduo com os demais, e com os fatos e acontecimentos que são pertencentes ao seu contexto social. Desta maneira, elas servem de parâmetro comportamental no qual as pessoas pautam suas condutas, atribuindo significado aos acontecimentos do cotidiano. Ao criar representações, as pessoas se sentem seguras ante todos os fatos que ocorrem no âmbito social, pois eles passam a ter e dar significado para suas existências (MOSCOVICI, 2003).

Como **terceiro** instrumento, foi apresentado às professoras, por escrito e em forma de música, através da utilização do gravador, a **Letra "Família"** do grupo musical Titãs, para que elas pudessem proceder à interpretação, analisando como a família é percebida na letra da música. A letra da música foi utilizada porque apresenta um outro tipo de linguagem, que é a musical e, além disso, aborda a temática que é o objetivo da pesquisa e por trazer à tona parte da cultura brasileira. A letra foi escrita em 1986 e contém o seguinte texto:

Família, família, papai, mamãe, titia

Família, família, almoça junto todo dia, nunca perde essa mania.

Mas quando a filha quer fugir de casa, precisa descolar o ganha-pão.

Filha de família se não casa, papai, mamãe não dão nenhum tostão.

Família ê, família á, família...

Família, família, vovô, vovó, sobrinha.

Família, família, janta junto todo dia, nunca perde essa mania.

Mas quando o nenê fica doente, procura uma farmácia de plantão.

O choro do nenê é estridente, assim não dá pra ver televisão.

Família ê, família á, família...

Família, família, cachorro, gato, galinha.

Família, família, vive junto todo dia, nunca perde essa mania.

A mãe morre de medo de barata, o pai vive com medo de ladrão.

Jogaram inseticida pela casa, botaram cadeado no portão.

Família ê, família á, família...

✓ **Que tipo de família a música estaria retratando, segundo sua percepção?**

Ao se questionar às professoras em relação à família retratada na letra da música, percebeu-se que as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreensão e comunicação do que já se sabe, ocupando, com efeito, uma posição diferenciada, em algum ponto entre conceitos. Isso têm, como objetivo, abstrair o sentido do mundo, introduzindo nele, ordem e percepções, que reproduzam o mundo de maneira significativa (MOSCOVICI, 2003). E, essa maneira significativa de compreender o mundo e os acontecimentos pode ser observada em textos musicais, como o que foi escolhido para instrumento dessa pesquisa.

O **quarto** instrumento, denominado de **Álbum das Famílias** foi criado a partir da montagem de doze fotos que contemplavam grupos familiares diferenciados, seguido de questionamentos para que as professoras esboçassem comentários a respeito do que as imagens representavam para elas, enquanto contexto de família. O álbum foi montado a partir de fotos recortadas de jornais, revistas, livros didáticos e foi utilizado porque representa uma linguagem visual capaz de facilitar a captação da representação que o professor tem a respeito de família, que é o tema em estudo. Além desse fator, as fotos remetem a várias interpretações, o que permitirá, num trabalho posterior, a elaboração de um projeto de intervenção. As fotos foram xerocadas em tamanho ampliado e coloridas para que não perdessem o efeito e refletissem a imagem tal qual ela foi retirada de seu material original. Juntamente com a apresentação do álbum, eram apresentados os seguintes pontos a serem respondidos, para que facilitassem o conhecimento das representações sociais: a) O professor deverá escolher duas fotos que mais lhe chamam a atenção e responder a seguinte questão: o que essas imagens representam sobre família, para você?; b) escolher uma foto da qual não gostou, explicando quais as representações que a foto lhe traz, que faz com que ela não seja a escolhida; e c) dar um nome às imagens.

Foto 01

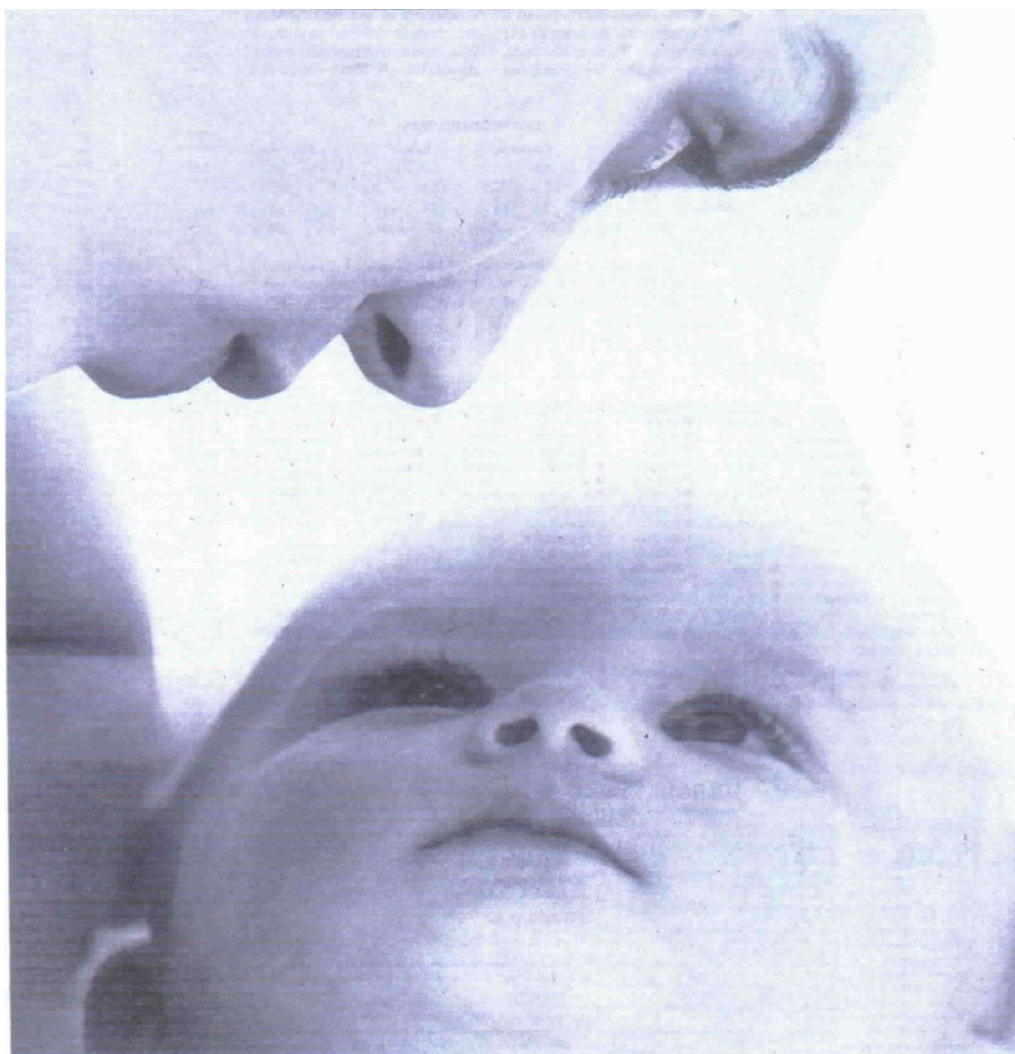
Essa foto foi escolhida em função de representar o movimento da transformação, considerando que, para se tornar a borboleta apresentada na foto, o inseto passa pela metamorfose, deixando de ser larva para se tornar borboleta. Durante esse período, a larva se fecha em seu casulo à espera do tempo de seu amadurecimento até a saída para seu “vôo radiante”.

Foto 02

A segunda foto foi selecionada de uma propaganda veiculada no Jornal Folha de São Paulo (2004). Ela contém um cuidador e uma criança. Trata-se de um cuidador pelo fato de que, com frequência, ambos os pais saem para trabalhar fora, necessitando de uma terceira pessoa para cuidar de seu bebê.

Foto 03

Essa foto também foi retirada de uma propaganda veiculada no Jornal Folha de São Paulo (2004). Ela foi escolhida pelo fato de conter um casal com uma criança que tanto pode representar uma família nos moldes atuais, ou seja, família com apenas um filho, como também pode ser representativa de um casal com uma criança adotiva.

Foto 04

A quarta foto foi selecionada por se relacionar com o fato de estar presente a mãe e um bebê, o que pode ser representativo da maternidade independente.

Foto 05

Essa foto foi retirada do livro didático da 1ª série, “História e Geografia 1” (VESENTINI, 2001), do capítulo referente ao estudo das famílias. A figura foi incluída no álbum porque representa um modelo familiar denominado família tradicional extensa, composta pelo pai, mãe, filhos e demais parentes que moravam com o casal.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.